



**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
E
NOTAS EXPLICATIVAS**

EXERCÍCIO - 2019



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Lista de Abreviaturas e Siglas

AH – Análise Horizontal
AV – Análise Vertical
BACEN – Banco Central
CCONT – Coordenadoria de Contabilidade
CFC - Conselho Federal de Contabilidade
CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho
EC – Emenda Constitucional
GAJ - Gratificação de Atividade Judiciária
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público
NBC TSP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PAE – Parcela Autônoma de Equivalência
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
RAP – Restos a Pagar
RGPS - Regime Geral de Previdência Social
RPPS - Regime Próprio de Previdência Social
RPV – Requisição de Pequeno Valor
SCOF – Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira
SEOFI – Secretaria de Orçamento e Finanças
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio da União
STF – Supremo Tribunal Federal
TCU – Tribunal de Contas da União
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
TRT2 – Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
UG – Unidade Gestora
UO – Unidade Orçamentária
URV – Unidade Referencial de Valor
VPA – Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD – Variações Patrimoniais Diminutivas
VPNI - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Sumário

DECLARAÇÃO DA CONTADORA RESPONSÁVEL DO ÓRGÃO	5
DECLARAÇÃO.....	5
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	6
BALANÇO PATRIMONIAL	6
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	8
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	9
BALANÇO FINANCEIRO	12
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	13
NOTAS EXPLICATIVAS	14
Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis.....	14
Resumo dos Critérios e Políticas Contábeis.....	15
Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa	19
Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.....	21
Nota 3 – VPDs Pagas Antecipadamente	21
Nota 4 – Imobilizado	22
Nota 5 – Intangível	24
Nota 6 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.....	25
Nota 7 – Provisões e Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo.....	25
Nota 8 – Ajustes de Exercícios Anteriores	26
Nota 9 – Execução dos Atos Potenciais Passivos.....	27
Nota 10 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	28
Nota 11 – Transferências e Delegações Recebidas	29
Nota 12 – Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais	29
Nota 13 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	31
Nota 14 – Resultado Patrimonial do Exercício	32
Nota 15 – Execução Orçamentária das Receitas	32
Nota 16 – Execução Orçamentária da Despesa.....	33
Nota 17 – Resultado Orçamentário do Exercício.....	36



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Nota 18 – Pagamento de Restos a Pagar.....	36
Nota 19 – Inscrição de Restos a Pagar.....	37
Nota 20 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	38
Nota 21 – Ativos Contingentes	39
Nota 22 – Passivos Contingentes.....	40
ANEXO 1 – Demonstrações Contábeis – SIAFI	42



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DA CONTADORA RESPONSÁVEL DO ÓRGÃO

A Coordenadoria de Contabilidade – CCONT, de acordo com o Ato GP nº 16/2010 (http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/Normas_Presid/Atos/2010/GP_16_10.html), compõe a estrutura da Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira – SCOF do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2).

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis do TRT2 – Unidade Orçamentária (UO) 15103, Unidade Gestora (UG) 080010.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela CCONT, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis do TRT2 são as seguintes:

- Balanço Patrimonial: evidencia os ativos e passivos da unidade.
- Demonstração das Variações Patrimoniais: nele é apurado o resultado patrimonial do período, confrontando as variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).
- Balanço Orçamentário: traz informações do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada.
- Balanço Financeiro: evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.
- Demonstração dos Fluxos de Caixa: visa demonstrar o fluxo financeiro da unidade no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas.

DECLARAÇÃO

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas em 31 de dezembro de 2019 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Fluxo de Caixa e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2019, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

São Paulo, 30 de março de 2020

Renata Aparecida Cursino Pires

CRC nº 196.637/O-0

Contadora Responsável do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE		130.846.546,86	135.970.938,51
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	88.120.483,30	124.286.903,72
Créditos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	02	22.920.745,73	8.351.527,41
Estoques		5.387.414,26	3.120.732,34
VPDs Pagas Antecipadamente	03	14.417.903,57	211.775,04
ATIVO NÃO CIRCULANTE		540.531.264,28	517.407.050,03
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.029.292,04	2.070.153,04
Imobilizado	04	520.351.979,13	500.780.163,18
Intangível	05	18.149.993,11	14.556.733,81
TOTAL DO ATIVO		671.377.811,14	653.377.988,54
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE		209.771.055,58	215.155.676,02
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	06	209.113.067,90	214.818.794,95
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		37.352,15	4.381,68
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		620.635,53	332.499,39
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		77.962.433,02	240.868.398,79
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	07	19.797.429,41	44.484.252,57
Provisões a Longo Prazo	07	58.122.075,81	196.285.667,07
Demais Obrigações a Longo Prazo		42.927,80	98.479,15
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		383.644.322,54	197.353.913,73
Resultados Acumulados		383.644.322,54	197.353.913,73
Resultado do Exercício		65.666.254,50	-262.349.092,85
Resultado de Exercícios Anteriores		197.353.913,73	459.688.404,31
Ajustes de Exercícios Anteriores	08	120.624.154,31	14.602,27
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		671.377.811,14	653.377.988,54

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO	88.120.483,30	124.286.903,72
ATIVO PERMANENTE	583.257.327,84	529.091.084,82
TOTAL DO ATIVO (I)	671.377.811,14	653.377.988,54
PASSIVO FINANCEIRO	16.326.294,77	36.255.361,54
PASSIVO PERMANENTE	287.032.573,12	455.588.714,59
TOTAL DO PASSIVO (II)	303.358.867,89	491.844.076,13
SALDO PATRIMONIAL (III = I - II)	368.018.943,25	161.533.912,41



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	NE	2019	2018
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		29.170.600,82	29.198.777,72
Execução dos Atos Potenciais Ativos		29.170.600,82	29.198.777,72
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		24.742.487,74	24.789.692,44
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.		-	-
Direitos Contratuais a Executar		4.428.113,08	4.409.085,28
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		-	-
TOTAL		29.170.600,82	29.198.777,72
ESPECIFICAÇÃO			
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		355.062.504,24	436.300.796,60
Execução dos Atos Potenciais Passivos	09	355.062.504,24	436.300.796,60
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum. Congêneres a Liberar		-	-
Obrigações Contratuais a Executar		355.062.504,24	436.300.796,60
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		-	-
TOTAL		355.062.504,24	436.300.796,60

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NE	2019	2018
Recursos Ordinários		12.090.008,88	8.897.202,86
Recursos Vinculados		59.704.179,65	79.134.339,32
Seguridade Social (Exceto Previdência)		0,01	-
Previdência Social (RPPS)		-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		59.704.179,64	79.134.339,32
SALDO PATRIMONIAL (III = I - II)	01	71.794.188,53	88.031.542,18



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

	NE	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		3.085.411.507,03	2.825.307.277,08
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10	121.261.809,66	105.158.743,03
Contribuições		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		2.919.669,51	14.428.279,75
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		86.738,26	90.705,38
Transferências e Delegações Recebidas	11	2.924.182.346,81	2.690.357.652,29
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		17.408.220,71	12.034.805,10
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		19.552.722,08	3.237.091,53
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		3.019.745.252,53	3.087.656.369,93
Pessoal e Encargos	12	1.855.706.727,95	1.701.829.939,06
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	12	696.474.023,07	623.947.833,12
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	13	251.178.895,12	237.581.149,38
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		5.446,76	7.917,56
Transferências e Delegações Concedidas		196.165.531,06	259.582.418,60
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		14.986.966,10	259.297.063,32
Tributárias		3.389.824,48	3.394.678,81
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		1.837.837,99	2.015.370,08
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	14	65.666.254,50	(262.349.092,85)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		52.493.213,00	52.493.213,00	54.431.549,43	1.938.336,43
Receitas Tributárias		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Receita Patrimonial		1.648.513,00	1.648.513,00	2.820.118,76	1.171.605,76
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		-	-	(3.200,00)	(3.200,00)
Transferências Correntes		50.844.700,00	50.844.700,00	50.844.700,02	0,02
Outras Receitas Correntes		-	-	769.930,65	769.930,65
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-
Operações de Crédito		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	15	52.493.213,00	52.493.213,00	54.431.549,43	1.938.336,43
Refinanciamento		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		52.493.213,00	52.493.213,00	54.431.549,43	1.938.336,43
Déficit		-	-	2.836.644.572,73	2.836.644.572,73
TOTAL	17	52.493.213,00	52.493.213,00	2.891.076.122,16	2.838.582.909,16



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		2.518.309.618,00	2.877.488.486,00	2.843.783.036,80	2.839.215.273,12	2.838.773.187,66	33.705.449,20
Pessoal e Encargos Sociais		2.147.935.944,00	2.530.875.198,00	2.500.310.481,11	2.499.826.134,93	2.499.826.134,93	30.564.716,89
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		370.373.674,00	346.613.288,00	343.472.555,69	339.389.138,19	338.947.052,73	3.140.732,31
DESPESAS DE CAPITAL		22.829.486,00	47.305.399,00	47.293.085,36	37.950.103,99	37.921.765,99	12.313,64
Investimentos		22.829.486,00	25.155.399,00	25.143.085,36	15.800.103,99	15.771.765,99	12.313,64
Inversões Financeiras		-	22.150.000,00	22.150.000,00	22.150.000,00	22.150.000,00	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		2.541.139.104,00	2.924.793.885,00	2.891.076.122,16	2.877.165.377,11	2.876.694.953,65	33.717.762,84
Amortização da Dívida / Refinanciamento		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		2.541.139.104,00	2.924.793.885,00	2.891.076.122,16	2.877.165.377,11	2.876.694.953,65	33.717.762,84
TOTAL	16	2.541.139.104,00	2.924.793.885,00	2.891.076.122,16	2.877.165.377,11	2.876.694.953,65	33.717.762,84



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		14.707.191,09	17.969.994,33	18.037.261,90	17.988.284,30	12.925.289,28	1.763.611,84
Pessoal e Encargos Sociais		9.906.056,16	306.553,16	230.533,65	230.533,65	9.982.075,67	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		4.801.134,93	17.663.441,17	17.806.728,25	17.757.750,65	2.943.213,61	1.763.611,84
DESPESAS DE CAPITAL		721.559,17	2.192.692,16	2.914.251,31	2.914.251,31	0,02	-
Investimentos		721.559,17	2.192.692,16	2.914.251,31	2.914.251,31	0,02	-
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
TOTAL	18	15.428.750,26	20.162.686,49	20.951.513,21	20.902.535,61	12.925.289,30	1.763.611,84

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		51.403,31	275.019,58	256.722,90	-	69.699,99
Pessoal e Encargos Sociais		-	30.110,22	30.110,22	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		51.403,31	244.909,36	226.612,68	-	69.699,99
DESPESAS DE CAPITAL		-	3,60	3,60	-	-
Investimentos		-	3,60	3,60	-	-
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
TOTAL	18	51.403,31	275.023,18	256.726,50		69.699,99



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2019	2018
Receitas Orçamentárias		-	-
Ordinárias		-	-
Vinculadas		-	-
Transferências Financeiras Recebidas		2.872.309.758,91	2.600.365.920,47
Resultantes da Execução Orçamentária		2.868.485.470,57	2.597.568.550,51
Independentes da Execução Orçamentária		3.824.288,34	2.797.369,96
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários		203.280.952,85	226.707.514,06
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	19	470.423,46	275.023,18
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	19	13.910.745,05	20.391.251,06
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.144.426,09	1.800.662,72
Outros Recebimentos Extraorçamentários		187.755.358,25	204.240.577,10
Saldo do Exercício Anterior		124.286.903,72	195.547.097,71
Caixa e Equivalentes de Caixa		124.286.903,72	195.547.097,71
TOTAL		3.199.877.615,48	3.022.620.532,24

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2019	2018
Despesas Orçamentárias		2.940.026.234,28	2.648.196.280,16
Ordinárias		2.253.036.440,27	2.131.351.229,51
Vinculadas		686.989.794,01	516.845.050,65
Transferências Financeiras Concedidas		149.201.552,83	186.822.940,56
Resultantes da Execução Orçamentária		-	-
Independentes da Execução Orçamentária		149.201.552,83	186.822.940,56
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Pagamentos Extraorçamentários		22.529.345,07	63.314.407,80
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		256.726,50	739.611,55
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		21.131.073,18	60.771.145,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.141.545,39	1.803.650,45
Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	-
Saldo para o Exercício Seguinte		88.120.483,30	124.286.903,72
Caixa e Equivalentes de Caixa		88.120.483,30	124.286.903,72
TOTAL		3.199.877.615,48	3.022.620.532,24



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

		2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERACIONAIS	NE	5.667.600,48	(42.225.562,28)
INGRESSOS		3.061.209.543,25	2.806.407.160,29
Receitas Derivadas e Originárias		-	-
Transferências Correntes Recebidas		-	-
Outros Ingressos das Operações		3.061.209.543,25	2.806.407.160,29
DESEMBOLSOS		(3.055.541.942,77)	(2.848.632.722,57)
Pessoal e Demais Despesas		(2.651.546.112,53)	(2.421.221.371,63)
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		(253.652.732,02)	(238.784.759,93)
Outros Desembolsos Operacionais		(150.343.098,22)	(188.626.591,01)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(41.834.020,90)	(29.034.631,71)
INGRESSOS		-	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		(41.834.020,90)	(29.034.631,71)
Aquisição de Ativo Não Circulante		(37.983.048,54)	(25.589.650,37)
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		(3.850.972,36)	(3.444.981,34)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20	(36.166.420,42)	(71.260.193,99)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		124.286.903,72	195.547.097,71
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		88.120.483,30	124.286.903,72



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP 2019), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – 8ª Edição) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e tiveram como escopo as informações no nível de Unidade Gestora (UG) e Unidade Orçamentária (UO) do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (UG 080010 e UO 15103).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras. Dessa forma, as Demonstrações Contábeis são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial;
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- III. Balanço Orçamentário;
- IV. Balanço Financeiro; e
- V. Demonstrações dos Fluxos de Caixa.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Resumo dos Critérios e Políticas Contábeis

A seguir são apresentados os principais critérios e as políticas contábeis adotadas no âmbito deste Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região:

a) Moeda Funcional

A moeda funcional é o Real.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa (Conta Única do Tesouro Nacional), demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

c) Créditos a receber a Curto Prazo

Compreende os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) transferências concedidas; (iv) adiantamentos; e (v) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, e, quando aplicável, acrescidos das atualizações monetárias e juros.

d) Estoques

Compreendem os produtos acabados e em elaboração e o almoxarifado. Na entrada, os bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas de estoque é o custo médio ponderado. Há, ainda, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes de perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

e) VPD Pagas Antecipadamente

Compreendem pagamentos de despesas antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviços à entidade ocorrerão no futuro, a curto prazo. São registradas pelo valor de aquisição no Ativo, e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

contabilizadas as variações patrimoniais diminutivas mensalmente, em observância ao Princípio da Competência.

f) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os direitos a receber a longo prazo, principalmente com: (i) créditos tributários e (ii) créditos não tributários. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo, e, quando aplicável, acrescidos das atualizações monetárias e juros.

g) Imobilizado

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. O reconhecimento inicial ocorre pelo valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, os bens ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como procedimentos de reavaliação e redução ao valor recuperável.

Gastos posteriores são incorporados ao valor do bem, quando capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos posteriores não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variação patrimonial diminutiva do exercício.

h) Intangível

O Intangível é composto de direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. No TRT2, referem-se exclusivamente a softwares. O reconhecimento inicial ocorre pelo valor de aquisição ou produção. Após o reconhecimento inicial, os bens ficam sujeitos à amortização, quando tiverem vida útil definida.

i) Depreciação e amortização dos bens móveis e intangíveis

A base de cálculo para a depreciação e amortização de bens móveis e intangíveis é o custo do ativo, que compreende todos os custos diretos e indiretos. O método de cálculo utilizado é o das quotas constantes.

Para os bens móveis, como regra geral, a depreciação será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da data de colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Utiliza-se ainda a tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade - CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, Macrofunção 020330 - Depreciação,



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, que dispõe da vida útil e valor residual dos bens móveis.

Para os bens intangíveis com vida útil definida, a amortização é iniciada a partir do momento em que o ativo está disponível para uso.

j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A depreciação dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet é apurada, mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet, sobre o valor depreciável, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, sendo que a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

k) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis e Bens Intangíveis

Os procedimentos para registro da reavaliação e redução a valor recuperável na Administração Pública Direta da União têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, NBC TSP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável e reavaliação, bem como a mensuração do valor, seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas detalhadamente no Manual SIAFI, Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.

l) Passivos Circulantes e Não Circulantes

O reconhecimento dos passivos observa o regime de competência e é evidenciado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. São segregados em Circulante, para os casos de valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, e em Não Circulante, para os demais passivos.

m) Provisões

As provisões estão segregadas em quatro categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos cíveis; (iii) provisões matemáticas; e (iv) outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimativa confiável do seu valor.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

n) Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas, no tópico Outras Informações Relevantes.

o) Apuração de Resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

I) Resultado Patrimonial: é apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). Caso o resultado for positivo, há superávit patrimonial, e caso contrário, há déficit patrimonial.

II) Resultado Orçamentário: é apurado no Balanço Orçamentário, confrontando as Receitas Realizadas e as Despesas Empenhadas. Caso o resultado for positivo, há superávit orçamentário, e, caso contrário, há déficit orçamentário.

III) Resultado Financeiro: é apurado tanto no Balanço Financeiro quanto na Demonstração dos Fluxos de Caixa. No Balanço Financeiro, apura-se confrontando os ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do TRT2.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, apura-se confrontando o saldo atual e o saldo anterior da linha Caixa e Equivalentes de Caixa. Caso a diferença for positiva, há superávit financeiro, e, caso contrário, déficit financeiro.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelas contas “Demais Contas – Caixa Econômica Federal” e “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS “. A conta “Demais Contas – Caixa Econômica Federal” é composta de depósitos recebidos em garantia de contratos de fornecimento de bens e prestações de serviços firmados com terceiros, em atendimento ao disposto na Lei de Licitações (Lei 8.666/93). A conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS” corresponde ao direito de saque na Conta Única do Tesouro Nacional, para fazer frente às despesas realizadas pelos créditos orçamentários definidos na Lei Orçamentária Anual.

TABELA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - COMPOSIÇÃO - EM R\$ 1,00

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	42.927,80	98.479,15	-56,41
Limite de Saque com Vinculação de Pgto - OFSS	88.077.555,50	124.188.424,57	-29,08
Total	88.120.483,30	124.286.903,72	-29,10

Fonte: Siafi 2019/2018

Cumprir informar que os saldos dos valores que permaneceram na conta “Demais Contas – Caixa Econômica Federal” não estão conciliados com os respectivos extratos bancários, por indisponibilidade desta informação junto à Instituição Financeira.

A variação negativa na conta de Limite de Saque decorreu sobretudo dos pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores, que totalizaram R\$ 21.387.799,68 e R\$ 12.925.316,30, respectivamente.

Os recursos disponíveis na conta de Limite de Saque com Vinculação de Pgto – OFSS estão segregados a partir da fonte de recursos, conforme tabela e gráficos abaixo.

TABELA 02 - LIMITE DE SAQUE POR FONTE DE RECURSOS - EM R\$ 1,00

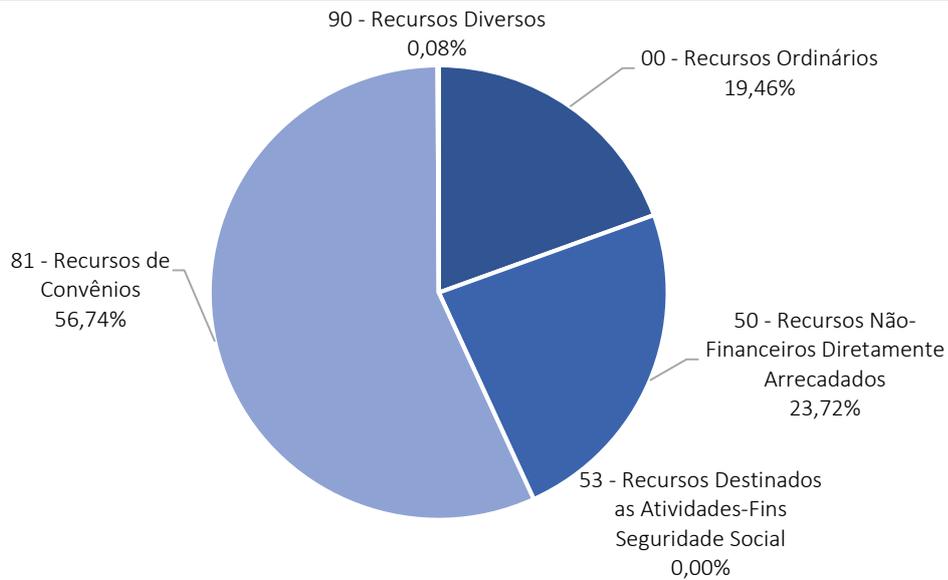
Fonte de Recursos	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
00 - Recursos Ordinários	17.139.788,78	34.150.906,68	-49,81
27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	3.745.251,54	-100,00
50 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	20.894.952,08	18.957.517,78	10,22
53 - Recursos Destinados as Atividades-Fins Seguridade Social	0,01	-	100,00
81 - Recursos de Convênios	49.973.928,00	67.324.293,99	-25,77
90 - Recursos Diversos	68.886,63	10.454,58	558,91
Total	88.077.555,50	124.188.424,57	-29,08

Fonte: Siafi 2019/2018



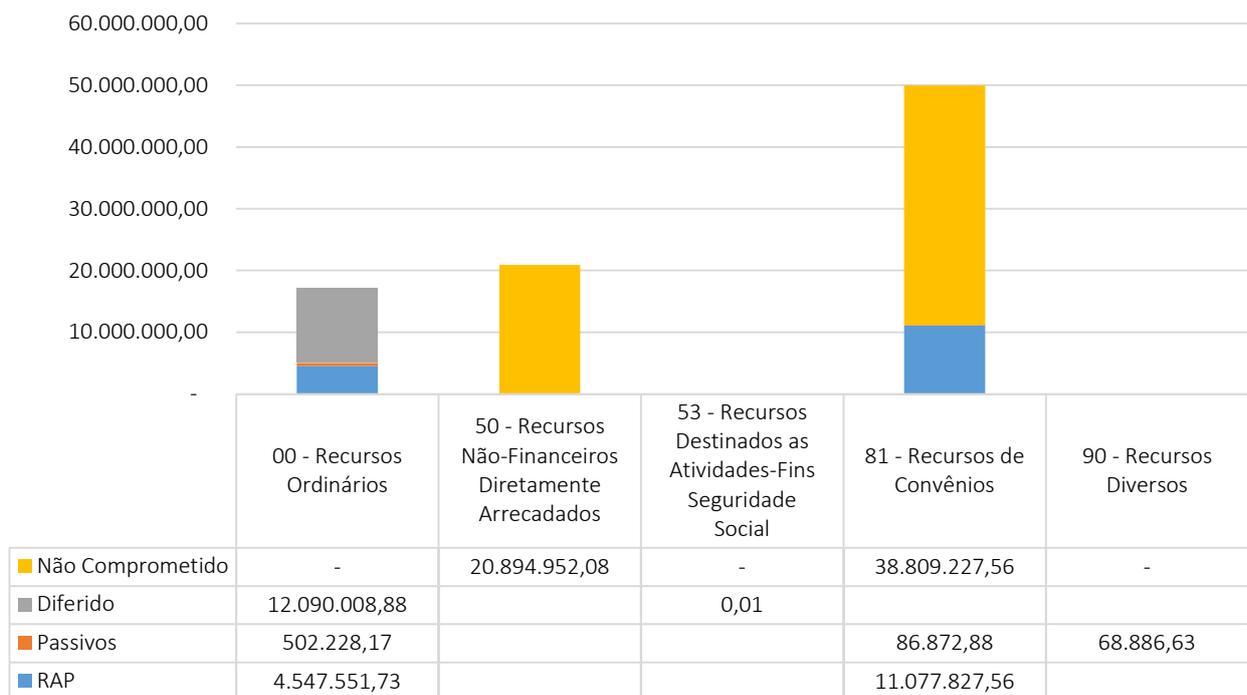
**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DO LIMITE DE SAQUE POR FONTE DE RECURSOS



Fonte: Siafi 2019

GRÁFICO 2 - LIMITE DE SAQUE - COMPROMETIMENTO POR FONTE DE RECURSOS



Fonte: Siafi 2019



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

O item Demais Créditos e Valores a Curto Prazo é composto de valores a receber devidos por servidores, magistrados, fornecedores ou outras entidades, e adiantamentos concedidos a terceiros.

O aumento verificado de 174,45% em 2019 ocorreu, sobretudo, pelo pagamento em dezembro de 2019 do adiantamento de férias e 13º salário, referentes ao mês de janeiro de 2020, e do reconhecimento de créditos a receber de magistrados e servidores.

TABELA 03 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO – COMPOSIÇÃO - EM R\$ 1,00			
Descrição	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
13º Salário - Adiantamento	1.705.866,55	-	100,00
Adiantamento de Férias	13.365.393,92	-	100,00
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	82.235,90	16.227,82	406,76
Crédito a Receber por Dano ao Patrimônio	5.405,16	10.128,72	-46,64
Crédito a Receber de Acerto Financeiro com Servidores/Ex-Serv.	7.761.844,20	951.441,43	715,80
Crédito a Receber por Valor Arrecadado em Outras Entidades	-	7.373.729,44	-100,00
Total	22.920.745,73	8.351.527,41	174,45%

Fonte: Siafi 2019/2018

Nota 3 – VPDs Pagas Antecipadamente

O item VPDs Pagas Antecipadamente é composto de valores pagos antecipadamente, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios posteriores.

TABELA 04 - VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE - COMPOSIÇÃO - EM R\$ 1,00			
Descrição	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	221.569,68	211.775,04	4,63
Aluguéis Pagos a Apropriar	11.843.273,22	-	100,00
Tributos Pagos a Apropriar	11.706,78	-	100,00
VPD de Serviços Pagos Antecipadamente	2.341.353,89	-	100,00
Total	14.417.903,57	211.775,04	6.708,12%

Fonte: Siafi 2019/2018

A variação apresentada entre os exercícios de 2018 e 2019 ocorreu devido à adoção, ao final de 2019, de medidas preventivas voltadas à antecipação de despesas com aluguéis e serviços de fornecimento de água e esgoto, objetivando o enfrentamento das limitações orçamentárias da Justiça do Trabalho no exercício de 2020. Os valores pagos antecipadamente garantiram descontos nos respectivos contratos ao TRT2.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

Nota 4 – Imobilizado

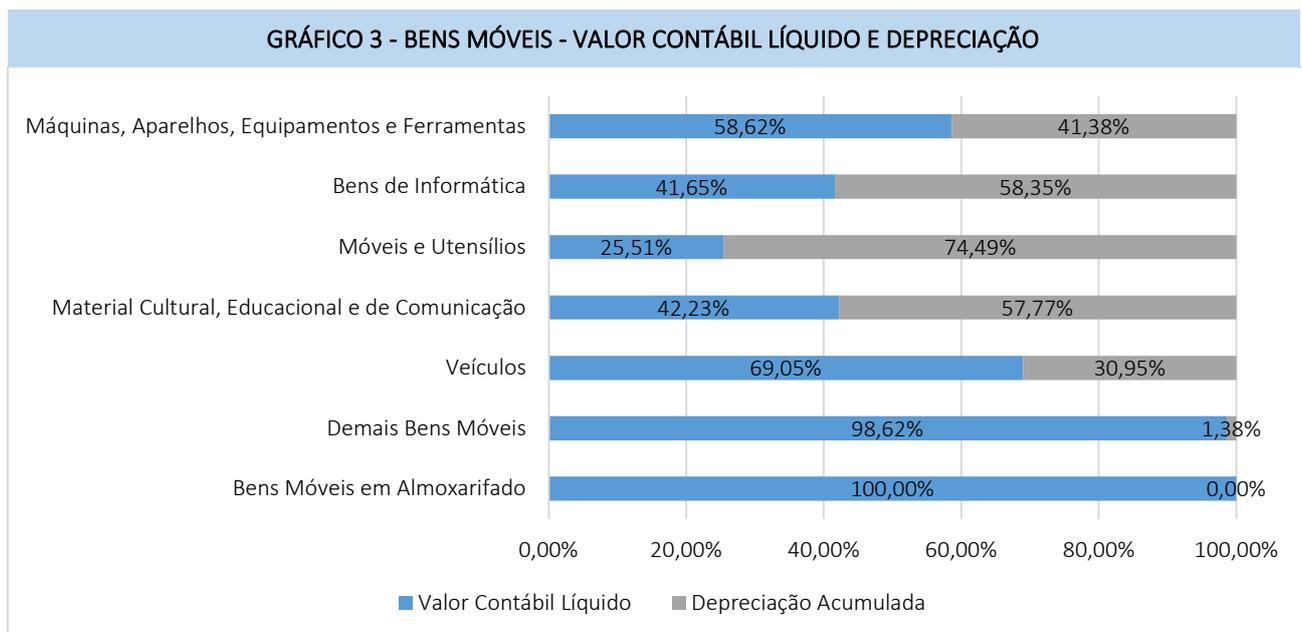
Bens Móveis

Os bens móveis do TRT2 totalizavam, em 31/12/2019, R\$ 178.717.691,66. A tabela abaixo detalha a distribuição entre as contas contábeis:

TABELA 05 - BENS MÓVEIS - COMPOSIÇÃO - EM R\$ 1,00			
Descrição	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	24.548.545,55	23.449.313,53	4,69
Bens de Informática	101.096.433,16	89.145.919,25	13,41
Móveis e Utensílios	20.366.363,70	20.100.042,82	1,32
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	2.756.262,67	2.739.457,75	0,61
Veículos	15.551.630,85	15.313.981,65	1,55
Bens Móveis em Almoarifado	11.877.145,26	10.850.800,57	9,46
Demais Bens Móveis	2.521.310,47	3.702.986,65	-31,91
Total	178.717.691,66	165.302.502,22	8,12%

Fonte: Siafi 2019/2018

O gráfico abaixo detalha o percentual, por item, do valor contábil líquido bem como da depreciação acumulada:



Fonte: Siafi 2019



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Bens Imóveis

Os bens imóveis do TRT2 totalizavam, em 31/12/2019, R\$ 432.395.191,61, o que corresponde a 64,40% do total do ativo do Tribunal. A tabela abaixo detalha a distribuição entre as contas contábeis:

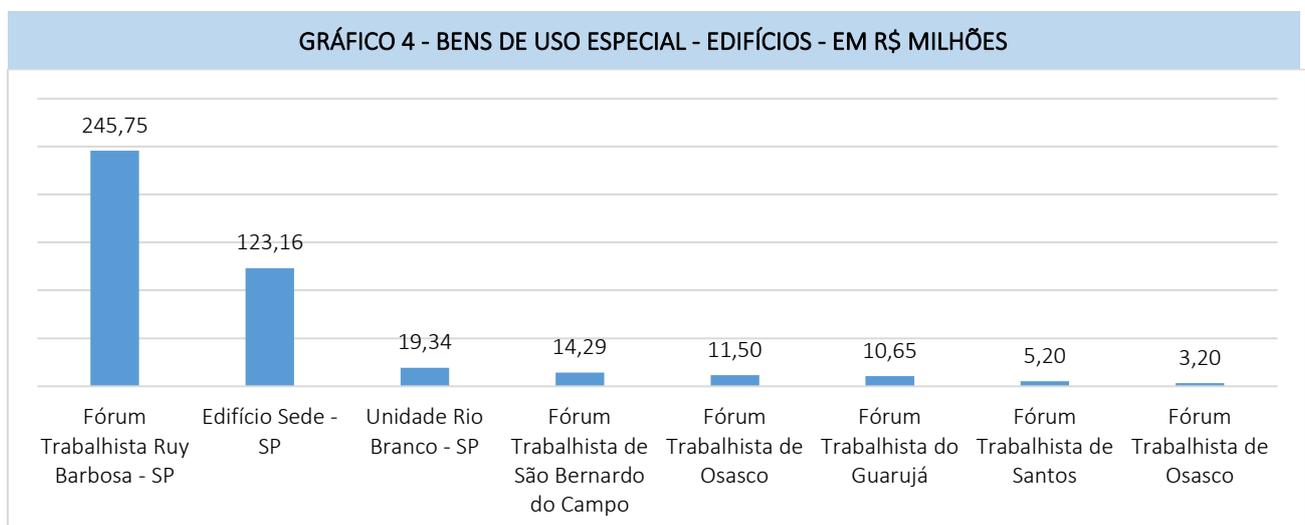
TABELA 06 - BENS IMÓVEIS - COMPOSIÇÃO - EM R\$ 1,00			
Descrição	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet	410.926.002,56	410.926.002,56	0,00
Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUnet	22.150.000,00	-	100,00
Instalações	470.000,00	282.000,00	66,67
Subtotal - Bens Imóveis	433.546.002,56	411.208.002,56	5,43
Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	(1.150.810,95)	(660.191,30)	74,31
Total	432.395.191,61	410.547.811,26	5,32%

Fonte: Siafi 2019/2018

Os imóveis de uso especial são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MP). O TRT2 possui atualmente apenas Edifícios como imóveis de uso especial.

Ao final do exercício de 2019, foram adquiridos 2 imóveis, ainda não registrados no SPIUnet, que abrigam os Fóruns Trabalhistas de Osasco e Guarujá, pelo valor de R\$ 11,5 milhões e R\$ 10,65 milhões, respectivamente.

Desta forma, os valores registrados para cada edifício estão demonstrados no gráfico abaixo:



Fonte: Siafi/2019



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Depreciação dos Bens Imóveis

A depreciação dos bens imóveis é realizada, de forma centralizada, pela Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – CCONT/STN (UG 170999), a partir das informações disponibilizadas pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU). A metodologia utilizada para o cálculo da depreciação pelo SPIUnet é o Método da Parábola de Kuentzle, conforme definido na Portaria Conjunta SPU-STN nº 703/2014.

Nota 5 – Intangível

Os bens intangíveis do TRT2 apresentaram saldo, em 31/12/2019, de R\$ 18.149.993,11, tratando-se exclusivamente de softwares, e estão segregados entre softwares com vida útil definida e indefinida.

TABELA 07 - BENS INTANGÍVEIS - COMPOSIÇÃO - EM R\$ 1,00			
Descrição	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Software com Vida Útil Definida	3.058.906,04	3.337.481,84	-8,35
(-) Amortização Acumulada	(2.975.906,74)	(2.794.193,68)	6,50
Subtotal - Software com Vida Útil Definida	82.999,30	543.288,16	-84,72
Software com Vida Útil Indefinida	18.066.993,81	14.013.445,65	28,93
Subtotal - Software com Vida Útil Indefinida	18.066.993,81	14.013.445,65	28,93
Total	18.149.993,11	14.556.733,81	24,68

Fonte: Siafi 2019/2018

Em relação aos softwares com vida útil indefinida, a tabela abaixo apresenta aqueles que possuem os saldos mais relevantes:

TABELA 08 - SOFTWARES COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA - EM R\$ 1,00		
Descrição	31/12/2019	AV (%)
Licença Software VMWARE	3.309.132,37	18,32
Solução de Monitoramento PJE-JT	1.795.050,26	9,94
Licença Soft. Base Expansion Storwize	1.479.579,62	8,19
Solução Integrada Gerenc. TI - SIGSTI	1.331.550,00	7,37
Software p/ Storage All-Flash	1.323.180,80	7,32
Licença Software Backup IBM Spectrum Protect	938.023,88	5,19
Demais softwares com vida útil indefinida (82)	7.890.476,88	43,67
TOTAL	18.066.993,81	100,00

Fonte: Siafi 2019



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Nota 6 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

O subgrupo Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo apresentou em 2019 apenas o montante referente à conta “Férias a Pagar”. A conta é composta da parcela referente ao terço constitucional, bem como do reconhecimento do montante referente ao período de férias de magistrados e servidores ainda não usufruído.

Nota 7 – Provisões e Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

TABELA 09 - PROVISÕES E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO - COMPOSIÇÃO - EM R\$ 1,00			
Descrição	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Precatórios de Pessoal	-	8.394.643,07	-100,00
Obrigações Trabalhistas a Pagar	19.423.605,04	33.496.711,52	-42,01
Outros Encargos Sociais - Intra OFSS	373.824,37	2.592.897,98	-85,58
Provisão para Indenizações Trabalhistas	58.122.075,81	196.285.667,07	-70,39
Total	77.919.505,22	240.769.919,64	-67,64

Fonte: Siafi 2019/2018

As contas referentes a provisões, obrigações trabalhistas a pagar e encargos sociais a longo prazo referem-se aos valores registrados a título de passivos trabalhistas do TRT2, em que não há saldo orçamentário para pagamento, cujos valores são devidos a magistrados, juízes classistas e servidores, sejam esses ativos ou inativos, ou seus pensionistas.

Ao final do exercício de 2018, devido à expectativa de suspensão dos pagamentos referentes aos passivos trabalhistas, tais passivos foram reclassificados como passivos não circulantes, conforme orientação da Setorial Contábil da Justiça do Trabalho.

Apesar de inicialmente não haver expectativa de pagamentos de passivos trabalhistas no exercício de 2019, foi deliberado e autorizado pagamentos de passivos trabalhistas pelo CSJT ao final do exercício, cujo montante totalizou R\$ 23.600.258,53.

Além disso, durante o exercício de 2019, os passivos de VPNI – Incorporação/Atualização de Quintos/Décimos, no valor total de R\$ 134.132.513,46, foram reclassificados, de provisões para passivos contingentes, em razão de se tratarem de passivos com exigibilidade judicial suspensa por discussão de mérito, assim como passivos de URV – Unidade Referencial de Valor, no valor parcial de R\$ 25.916,21, referente a débitos direcionados para expedição de Precatório.

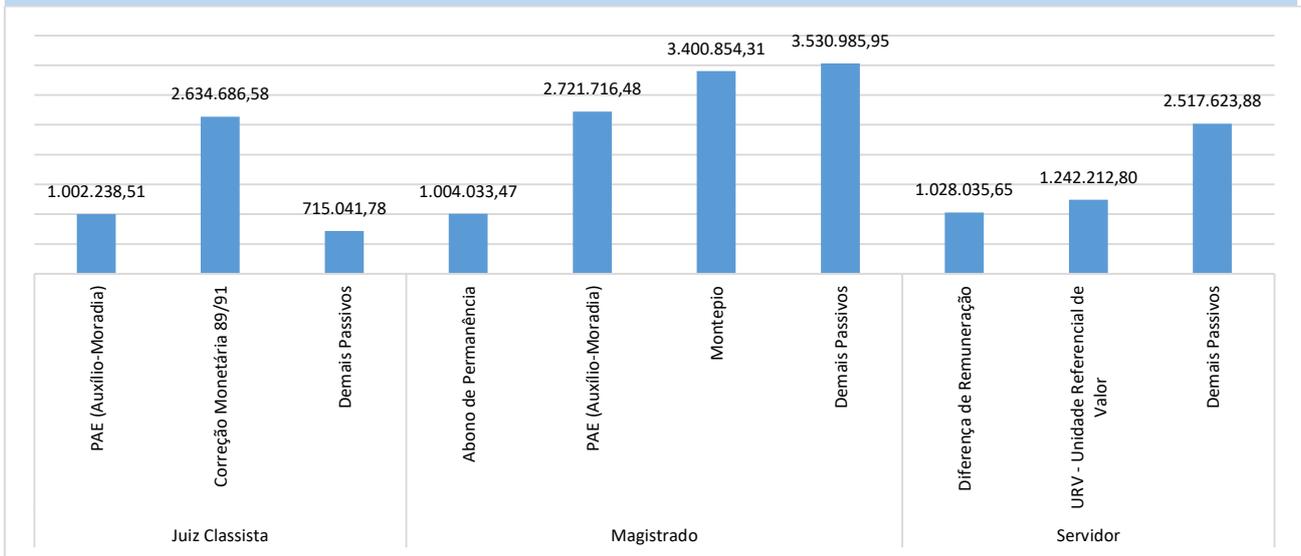
Destaca-se ainda que o controle e registro dos valores referentes a precatórios de pessoal de longo prazo passaram a ser efetuados, de forma centralizada, pelo CSJT, a partir do exercício de 2019, motivo pelo qual a conta de precatórios de pessoal a longo prazo passou a não apresentar saldo ao final do exercício, em comparação com os exercícios anteriores.

A partir das informações apresentadas, demonstra-se abaixo os passivos trabalhistas a longo prazo com insuficiência orçamentária, bem como os passivos trabalhistas provisionados:



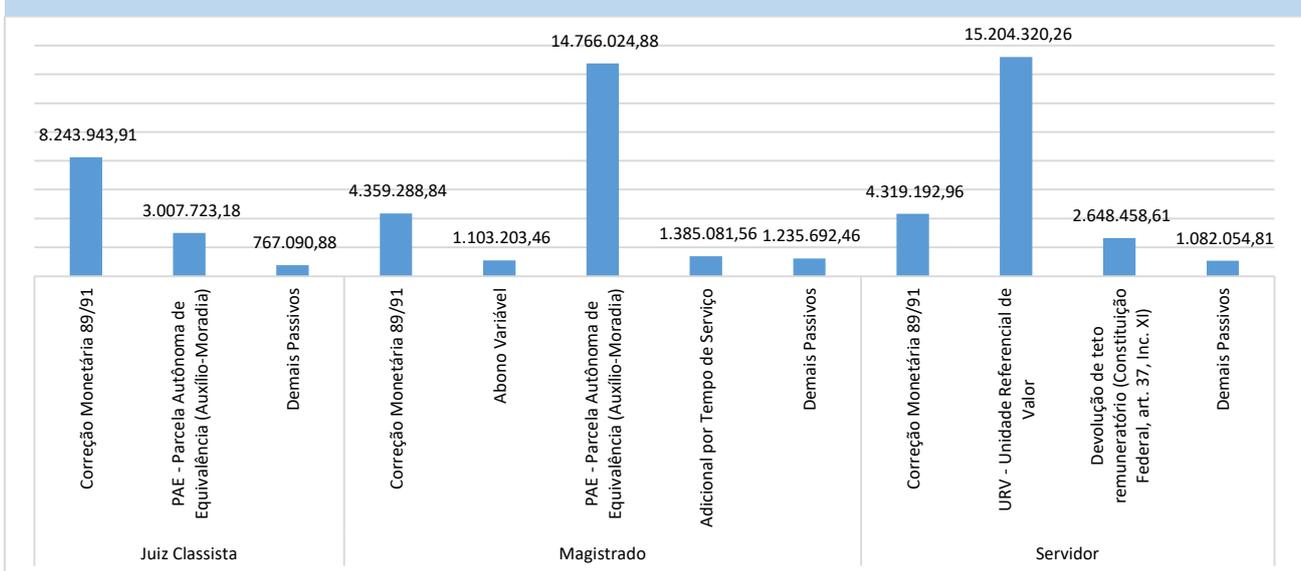
**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

GRÁFICO 5 - PASSIVOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO - COMPOSIÇÃO - EM R\$ 1,00



Fonte: Siafi 2019

GRÁFICO 6 - PASSIVOS TRABALHISTAS PROVISIONADOS – COMPOSIÇÃO - EM R\$ 1,00



Fonte: Siafi 2019

Nota 8 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2019, foram realizados lançamentos à conta de Ajuste de Exercícios Anteriores, conforme tabela a seguir.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

TABELA 10 - AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - COMPOSIÇÃO - EM R\$ 1,00

Histórico resumido dos ajustes	2019
Reclassificação de passivos trabalhistas (para Passivos Contingentes)	127.997.741,60
Baixa de crédito a receber	-7.373.729,44
Ajuste de registro de almoxarifado	142,15
Total dos Ajustes	120.624.154,31

Fonte: SIAFI 2019

Nota 9 – Execução dos Atos Potenciais Passivos

No âmbito do TRT2, os atos potenciais passivos compreendem exclusivamente as Obrigações Contratuais a Executar, detalhado na tabela abaixo:

TABELA 11 - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS A EXECUTAR – COMPOSIÇÃO – EM R\$ 1,00

	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Contratos de Seguros	-	3.581,63	-100,00
Contratos de Fornecimento de Bens	39.911.804,22	31.046.615,13	28,55
Contratos de Serviços	118.929.201,79	171.417.811,96	-30,62
Contratos de Aluguéis	196.221.498,23	233.832.787,88	-16,08
Total	355.062.504,24	436.300.796,60	-18,62

Fonte: SIAFI 2019/2018

Verifica-se que houve um decréscimo de 18,62% dos contratos a executar em comparação com o exercício de 2018. A variação ocorreu, sobretudo, pela execução dos contratos de serviços.

Nas tabelas apresentadas a seguir relacionam-se os contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2019, segregados entre prestação de serviços, aluguéis e fornecimento de bens.

TABELA 12 – CONTRATOS A EXECUTAR - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – EM R\$ 1,00

CNPJ	Empresa	31/12/2019	AV (%)
44.649.812/0001-38	NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S.A.	44.306.630,11	37,25
03.619.767/0005-15	TORINO INFORMATICA LTDA.	7.136.384,00	6,00
02.563.740/0001-61	PIEER SERVICE LTDA	5.799.847,56	4,88
60.689.353/0001-72	PENHA VIDROS LTDA	5.312.986,23	4,47
03.539.770/0001-03	MRO SERVICOS EIRELI	3.357.555,89	2,82
14.139.773/0001-68	EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTACOES LTDA	3.077.237,96	2,59
04.352.711/0001-86	CIMCORP COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA DE INFORMATICA	2.952.761,42	2,48
59.648.808/0001-22	TOTAL SERVICE PREVENCAO E COMBATE A INCENDIO EIRELI	2.841.551,76	2,39
01.582.046/0001-29	SR SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI	2.533.664,38	2,13
03.206.234/0001-88	SAMHI SANEAMENTO MAO DE OBRA E HIGIENIZACAO LTDA	2.439.206,78	2,05
	DEMAIS PRESTADORES (185)	39.171.375,70	32,94
TOTAL		118.929.201,79	100,00%

Fonte: SIAFI 2019



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

TABELA 13 – CONTRATOS A EXECUTAR – ALUGUÉIS – EM R\$ 1,00

CNPJ	Empresa	31/12/2019	AV (%)
06.977.751/0001-49	BR PROPERTIES S.A.	44.070.882,16	22,46
60.934.064/0001-91	MIKAR LOCACOES E PARTICIPACOES S/A	15.964.185,89	8,14
17.946.169/0001-31	TMH - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	15.906.431,61	8,11
18.082.275/0001-87	SSEH - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	15.906.431,54	8,11
05.124.906/0001-31	GRG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA	14.694.227,94	7,49
45.242.898/0001-42	MEREB S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES	14.411.016,07	7,34
01.987.230/0001-59	PARTAGE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.	11.421.875,41	5,82
51.209.831/0001-09	VIVICON LOCACOES E PARTICIPACOES S/A	10.642.790,52	5,42
05.969.091/0001-91	MAIN ESTATE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES	6.110.779,77	3,11
07.175.272/0001-71	CONDOMINIO MILLENIO BUSINESS CENTER	4.021.411,20	2,05
DEMAIS LOCATÁRIOS (35)		43.071.466,12	21,95
TOTAL		196.221.498,23	100,00

Fonte: Siafi 2019

TABELA 14 – CONTRATOS A EXECUTAR - FORNECIMENTO DE BENS – EM R\$ 1,00

CNPJ	Empresa	31/12/2019	AV (%)
81.243.735/0019-77	POSITIVO TECNOLOGIA S.A.	24.513.018,75	61,42
03.336.030/0001-61	SULAMERICANA ENGENHARIA LTDA	9.490.505,38	23,78
67.405.936/0001-73	PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA	1.146.754,00	2,87
03.619.767/0005-15	TORINO INFORMATICA LTDA..	1.139.800,00	2,86
02.277.205/0001-44	VERT SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA	579.410,94	1,45
03.506.307/0001-57	TICKET SOLUCOES HDFGT S/A	579.123,73	1,45
01.590.728/0002-64	MICROTECNICA INFORMATICA LTDA	434.293,12	1,09
03.476.184/0001-59	NETSAFE CORP LTDA	358.611,92	0,90
74.446.949/0001-56	MASTER COMERCIAL DE TECNOLOGIAS E SISTEMAS LTDA	215.260,60	0,54
78.126.950/0011-26	MICROSENS S/A	204.575,00	0,51
DEMAIS FORNECEDORES (22)		1.250.450,78	3,13
TOTAL		39.911.804,22	100,00

Fonte: Siafi 2019

Nota 10 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

O item Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria é composto de taxas recebidas a título de Custas Judiciais e Emolumentos, decorrentes de processos trabalhistas que tramitam no TRT2. Em comparação com o exercício de 2018, houve um aumento no recolhimento de 15,31%, conforme tabela abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

TABELA 15 - TAXAS – COMPOSIÇÃO – EM R\$ 1,00

Cód. Recolhimento	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
18740 - STN-CUSTAS JUDICIAIS (CAIXA/BB)	119.731.950,95	103.997.278,19	15,13
18770 - STN-EMOLUMENTOS (CAIXA/BB)	1.529.858,71	1.161.464,84	31,72
TOTAL	121.261.809,66	105.158.743,03	15,31

Fonte: Siafi 2019/2018

Nota 11 – Transferências e Delegações Recebidas

As Transferências Intragovernamentais correspondem às transferências financeiras recebidas pelo TRT2 relativas à execução orçamentária de um mesmo ente da Federação (União-União). As Transferências Intergovernamentais correspondem às transferências de bens e/ou valores entre entes distintos da Federação (União-Estados ou União-Municípios).

Do total recebido a título de transferências e delegações pelo TRT2, o montante recebido via sub-repasse corresponde à quase totalidade dos recursos financeiros, correspondendo a 98,10%. A variação anual dos itens que compõem o título pode ser verificada na tabela abaixo:

TABELA 16 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS – COMPOSIÇÃO – EM R\$ 1,00

		31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
	Repasse Recebido	-	12.933,30	-100,00
	Sub-Repasse Recebido	2.868.485.470,57	2.597.555.617,21	10,43
Transferências Intragovernamentais	Demais Transferências Recebidas	1.790.461,58	1.554.341,39	15,19
	Movimentações de Saldos Patrimoniais	2.033.826,76	1.243.028,57	63,62
	Movimentações de Variação Patrimonial Aumentativa	839.607,88	1.348.954,82	-37,76
Transferências Intergovernamentais	Transferências Voluntárias	50.844.700,02	88.484.753,00	-42,54
Outras Transferências e Delegações Recebidas	Doações/Transferências Recebidas	188.280,00	158.024,00	19,15
TOTAL		2.924.182.346,81	2.690.357.652,29	8,69

Fonte: Siafi 2019/2018

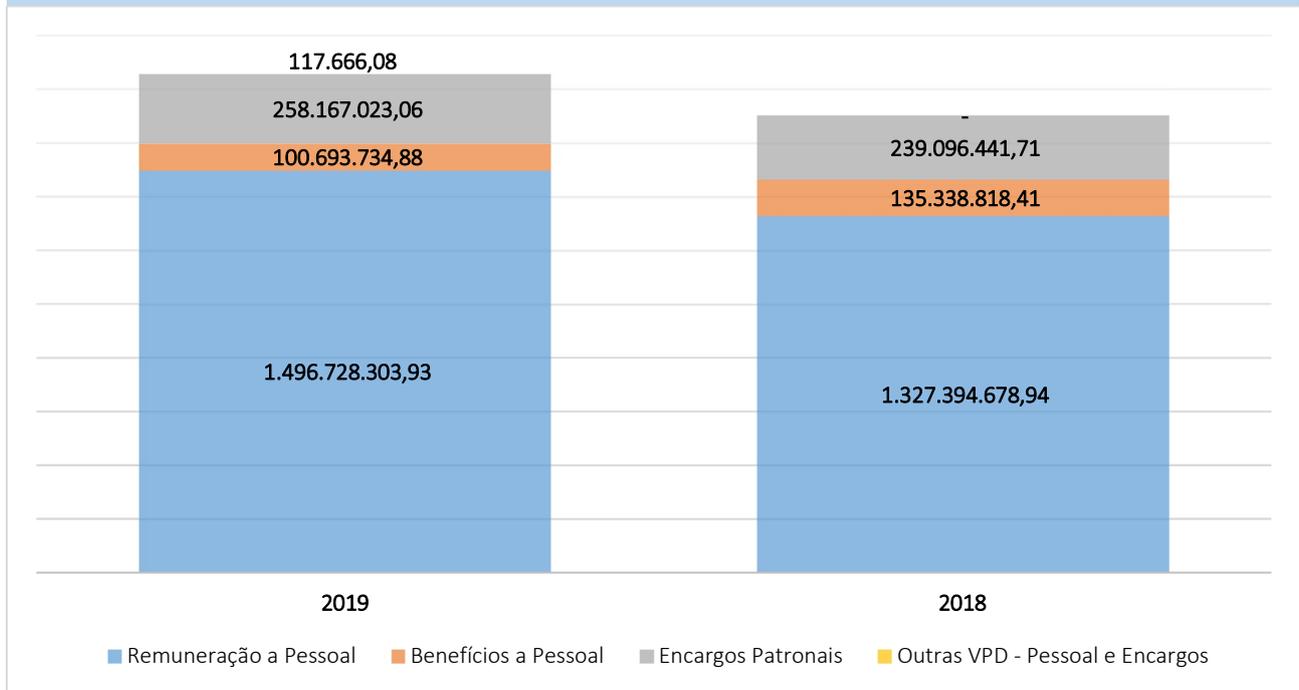
Nota 12 – Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais

As despesas com Pessoal e Encargos totalizaram, em 2019, R\$1.855.706.727,95, enquanto as despesas com Benefícios Previdenciários e Assistenciais totalizaram R\$ 696.474.023,07. Houve, respectivamente, aumento de 9,04% e 11,62% das despesas em comparação com o exercício de 2018. Os gráficos abaixo demonstram a composição de cada item.



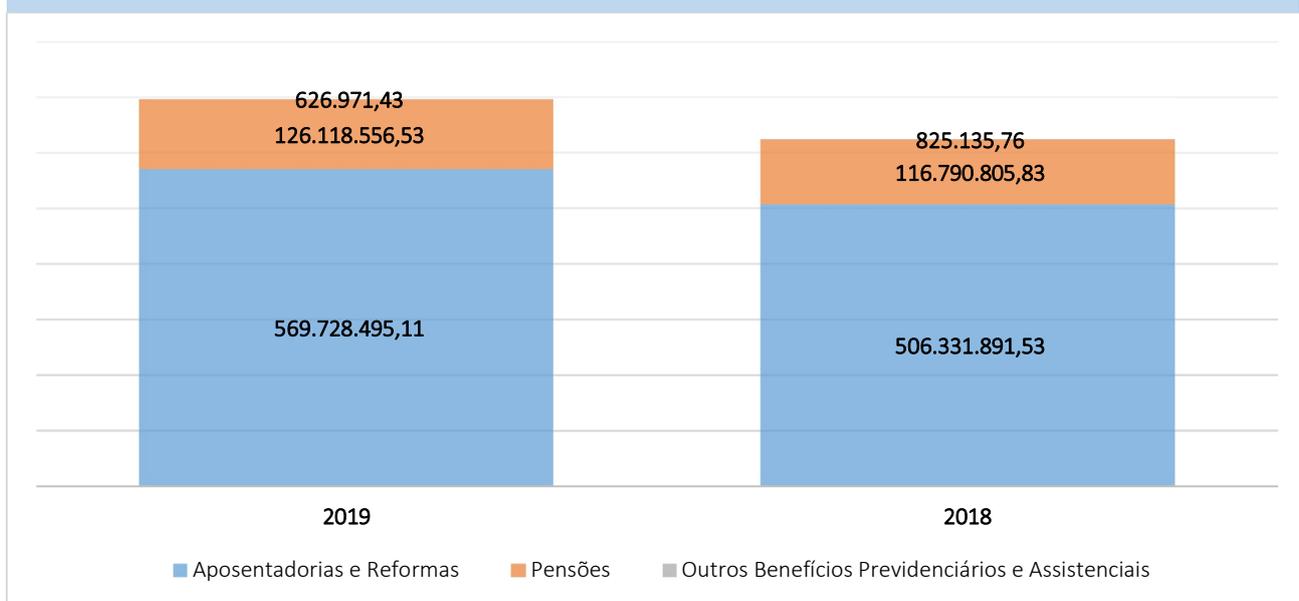
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

GRÁFICO 7 - DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS POR SUBGRUPO - EM R\$ 1,00



Fonte: Siafi 2019/2018

GRÁFICO 8 - DESPESAS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS POR SUBGRUPO - EM R\$ 1,00



Fonte: Siafi 2019/2018



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Em relação às despesas com pessoal ativo, as variações positivas decorreram:

- Da convocação autorizada pelo CSJT de novos servidores e magistrados para recomposição do quadro de pessoal;
- Do aumento do teto salarial para o funcionalismo público, estabelecida pela Lei nº 13.752/2018, que reajustou o subsídio dos Ministros do STF em 16,38% a partir de Novembro/2018;
- Da aplicação do percentual previsto na Lei 13.317/2016 para a Gratificação de Atividade Judiciária- GAJ.

Já as variações positivas ocorridas para aposentados e pensionistas decorreram principalmente do aumento do número de aposentadorias de magistrados e servidores ocorridas no período.

Nota 13 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Neste item constam as despesas com consumo de materiais pelo Tribunal, serviços de terceiros de pessoas física e jurídica, e depreciação e amortização, conforme detalhamento na tabela abaixo.

TABELA 17 – USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO – COMPOSIÇÃO – EM R\$ 1,00			
Descrição	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Uso de Materiais de Consumo	5.582.761,53	6.360.440,62	-12,23
Serviços	228.446.773,40	217.007.436,03	5,27
Depreciação, Amortização e Exaustão	17.149.360,19	14.213.272,73	20,66
Total	251.178.895,12	237.581.149,38	5,72

Fonte: Siafi 2019/2018

As tabelas a seguir demonstram a composição dos itens Uso de Material de Consumo e Serviços:

TABELA 18 - DESPESAS COM MATERIAL DE CONSUMO – COMPOSIÇÃO – EM R\$ 1,00			
Descrição	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Consumo de Materiais Estocados - Almojarifado	4.036.044,40	4.903.832,34	-17,70
Consumo de Combustíveis e Lubrificantes	507.902,51	546.331,77	-7,03
Consumo de Gêneros de Alimentação	97.986,62	119.909,13	-18,28
Consumo de Material de Processamento de Dados	854.250,25	740.572,14	15,35
Consumo de Material Hospitalar	10.233,80	11.668,06	-12,29
Distribuição de Material Gratuito	76.343,95	38.127,18	100,23
Total	5.582.761,53	6.360.440,62	-12,23

Fonte: Siafi 2019/2018

TABELA 19 - DESPESAS COM SERVIÇOS – COMPOSIÇÃO – EM R\$ 1,00			
Descrição	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Diárias	2.240.680,61	469.314,08	377,44
Fornecimento de Alimentação	127.711,38	156.953,72	-18,63
Locações e Arrendamentos	39.472.857,44	40.977.824,85	-3,67



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Seguros em Geral	4.447,58	12.580,59	-64,65
Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	85.020.680,60	79.362.555,52	7,13
Serviços de Água e Esgoto, Energia Elétrica, Gás e Outros	12.282.739,12	11.764.731,70	4,40
Serviço de Comunicação, Gráficos e Audiovisual	10.216.770,57	9.469.187,45	7,89
Serviços de Transporte, Passagem, Locomoção e Hospedagem	481.347,86	308.290,94	56,13
Serviços Administrativos	4.892.608,23	4.970.316,53	-1,56
Serviços Educacionais e Culturais	500,00	112.423,89	-99,56
Serviços Técnicos Profissionais	73.706.430,01	69.403.256,76	6,20
Total	228.446.773,40	217.007.436,03	5,27

Fonte: Siafi 2019/2018

Dentre as variações percentuais mais relevantes, verifica-se o aumento das despesas com diárias e conseqüentemente de serviços de transporte, passagem, locomoção e hospedagem, bem como a redução das despesas com serviços educacionais e culturais.

Nota 14 – Resultado Patrimonial do Exercício

A apuração do Resultado Patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas e das Variações Patrimoniais Diminutivas.

Em 2019, o resultado patrimonial foi positivo em R\$ 65.666.254,50, com um aumento médio das VPA de 9,21% e uma diminuição média das VPD em 2,20% em comparação com o exercício anterior. Dentre os motivos que mais impactaram o resultado, destacam-se:

- O aumento dos sub-repasses recebidos em 2019 (R\$ 270.929.853,36);
- O aumento das despesas com pessoal ativo, inativo e pensionistas (R\$ 226.402.978,84); e
- A diminuição do reconhecimento de passivos em comparação com o exercício anterior (R\$184.662.134,18).

Nota 15 – Execução Orçamentária das Receitas

As receitas aqui previstas referem-se, preponderantemente, aos repasses mensais pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) a este Tribunal, cujos recursos decorrem de convênios mantidos pelo CSJT com Instituições Financeiras (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) responsáveis pela arrecadação dos depósitos judiciais.

TABELA 20 – RECEITAS CORRENTES – COMPOSIÇÃO – EM R\$ 1,00

Origem da Receita	Natureza Receita	Previsão Atualizada da Receita	Receita Realizada	% Realização
Receita Patrimonial	Aluguéis e Arrendamentos	1.648.513,00	2.820.118,76	171,07
Receita de Serviços	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	-	-3.200,00	-100,00



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

Transferências Correntes	Transferência da União e de suas Entidades	50.844.700,00	50.844.700,02	100,00
Outras Receitas Correntes	Outros Ressarcimentos		769.930,65	100,00
Total		52.493.213,00	54.431.549,43	103,69

Fonte: Siafi 2019

Nota 16 – Execução Orçamentária da Despesa

O exercício de 2019 apresentou uma execução de 98,85% da dotação atualizada do Órgão, conforme tabela abaixo.

TABELA 21 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – EM R\$ 1,00				
Descrição		Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	% Execução
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	2.530.875.198,00	2.500.310.481,11	98,79
	Outras Despesas Correntes	346.613.288,00	343.472.555,69	99,09
Despesas de Capital	Investimentos	25.155.399,00	25.143.085,36	99,95
	Inversões Financeiras	22.150.000,00	22.150.000,00	100,00
Total		2.924.793.885,00	2.891.076.122,16	98,85

Fonte: Siafi 2019

Despesas Correntes

As Despesas Correntes correspondem a 98,36% dos empenhos realizados no exercício de 2019.

TABELA 22 – DESPESAS CORRENTES EMPENHADAS – COMPOSIÇÃO – R\$ 1,00				
Grupo da Despesa	Descrição	Despesas Empenhadas 2019	Despesas Empenhadas 2018	AH (%)
Pessoal e Encargos Sociais	Vencimentos e Vantagens Fixas	1.495.682.577,63	1.319.570.906,20	13,35
	Aposentadorias RPPS	569.368.383,55	504.379.035,95	12,89
	Obrigações Patronais	249.183.376,08	234.960.337,44	6,05
	Pensões RPPS	125.288.845,37	116.344.443,53	7,69
	Despesas de Exercícios Anteriores	28.739.981,77	13.515.171,02	112,65
	Outras Despesas Variáveis	22.031.213,42	20.094.450,09	9,64
	Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	8.814.959,56	4.017.114,27	119,44
	Sentenças Judiciais	1.201.143,73	447.910,26	168,17
	Subtotal	2.500.310.481,11	2.213.329.368,76	12,97
Outras Despesas Correntes	Outros Serviços de Terceiros	144.689.684,39	131.110.587,29	10,36
	Auxílio-Alimentação	65.046.499,30	70.086.742,61	-7,19
	Locação de Mão de Obra	64.306.334,88	62.764.238,97	2,46
	Sentenças Judiciais	3.033,90	27.335.153,35	-99,99
	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor	24.333.059,32	21.586.892,03	12,72
	Indenizações e Restituições	11.156.513,89	16.865.396,47	-33,85



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

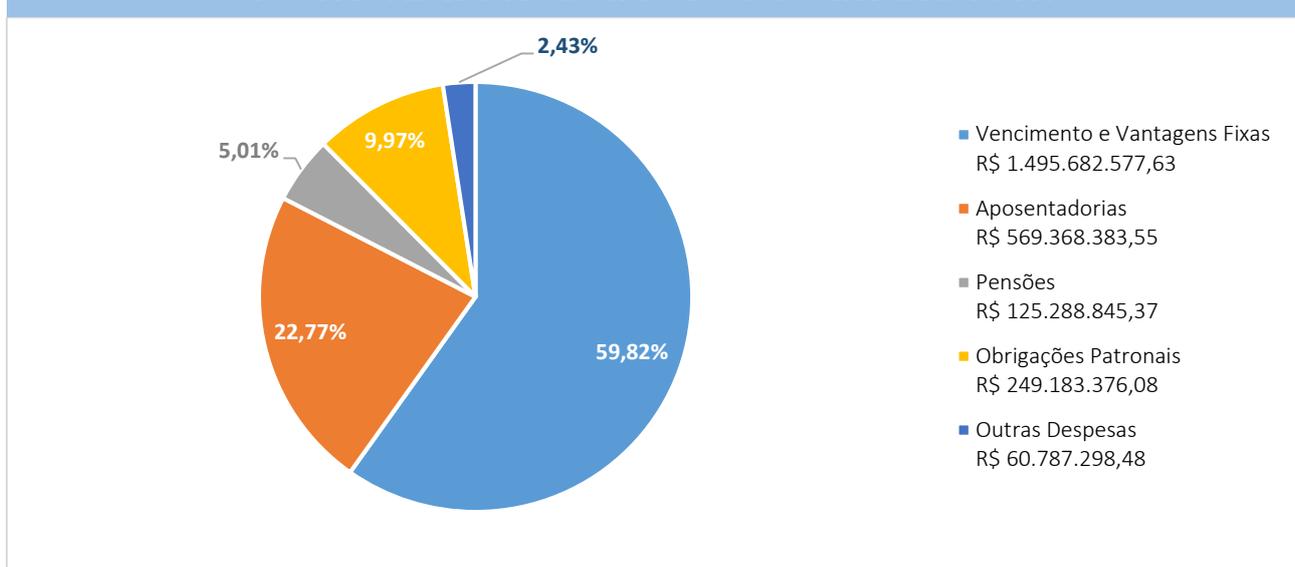
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	16.709.538,40	11.759.829,36	42,09
Material de Consumo	7.884.709,74	3.174.316,99	148,39
Obrigações Tributárias e Contribuições Patronais	3.175.300,60	2.935.587,84	8,17
Auxílio-Transporte	2.785.034,35	2.802.815,78	-0,63
Despesas de Exercícios Anteriores	322.429,48	748.367,53	-56,92
Diárias	2.235.511,63	456.321,96	389,90
Passagens e Despesas com Locomoção	489.023,37	303.794,65	60,97
Obrigações Tributárias e Contributivas	181.681,36	157.651,16	15,24
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	36.535,00	43.010,13	-15,05
Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	117.666,08	-	100,00
Subtotal	343.472.555,69	352.130.706,12	-2,46
Total	2.843.783.036,80	2.565.460.074,88	10,85

Fonte: Siafi 2019/2018

Houve aumento no montante dos empenhos realizados em todos os itens referentes a Pessoal e Encargos Sociais, com um aumento total de 12,97% em comparação ao exercício anterior. As variações materiais mais expressivas foram observadas nos itens Vencimentos e Vantagens Fixas e Aposentadorias RPPS.

No grupo Outras Despesas Correntes, houve uma diminuição do total dos empenhos realizados para o grupo em 2,46%. As variações mais relevantes foram observadas nos itens Sentenças Judiciais, cujo saldo diminuiu 99,99%, em razão da extinção dos pagamentos referentes a Auxílio-Moradia aos magistrados, após decisão da Ação Originária 1.773/DF em 26 de novembro de 2018.

GRÁFICO 9 - DESPESAS CORRENTES EMPENHADAS – PESSOAL E ENCARGOS

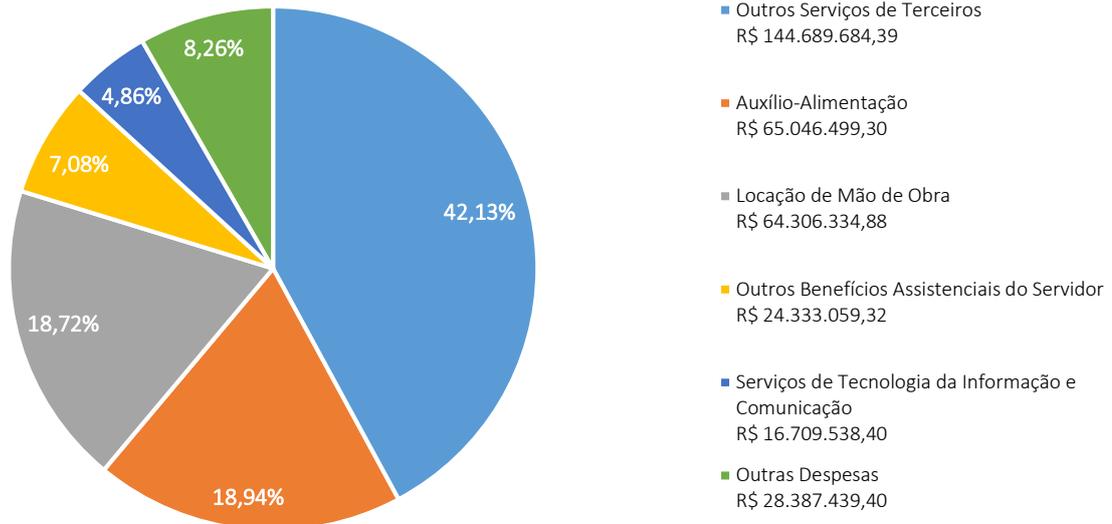


Fonte: Siafi 2019



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

GRÁFICO 10 - DESPESAS CORRENTES EMPENHADAS - OUTRAS DESPESAS CORRENTES



Fonte: Siafi 2019

Despesas de Capital

As Despesas de Capital representaram 1,64% dos empenhos realizados durante o exercício de 2019. As despesas de capital empenhadas referem-se àquelas registradas no grupo Investimentos e Inversões Financeiras, que inclui aquisições com bens permanentes e softwares e a aquisição de imóveis que já se encontravam em utilização pelo Tribunal.

TABELA 23 – DESPESAS DE CAPITAL EMPENHADAS – COMPOSIÇÃO – R\$ 1,00

Grupo da Despesa	Descrição	2019	2018	AH (%)
Investimentos	Outros Serviços de Terceiros	76.000,00	-	100,00
	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	3.288.345,34	1.703.124,01	93,08
	Obras e Instalações	8.355.361,56	-	100,00
	Equipamentos e Material Permanente	13.423.378,46	6.388.309,60	110,12
	Despesas de Exercícios Anteriores	-	37.600,00	-100,00
Inversões Financeiras	Aquisição de Imóveis	22.150.000,00	-	100,00
Total		47.293.085,36	8.129.033,61	481,78

Fonte: Siafi 2019/2018



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Execução de Orçamento Descentralizado

Além da dotação orçamentária disponibilizada ao TRT2 para consecução de seus objetivos institucionais, durante o exercício de 2019 o TRT2 recebeu descentralizações orçamentárias para execução de ações de outras Entidades via provisão e destaque. A tabela abaixo detalha o orçamento descentralizado, por Ação e Unidade Descentralizadora.

TABELA 24 - ORÇAMENTO DESCENTRALIZADO - EXECUÇÃO - EM R\$ 1,00					
Ação	Unidade Descentralizadora	Provisão e Destaque Recebidos	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Tribunal Superior do Trabalho	49.926,00	49.926,00	49.926,00	49.926,00
Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	Tribunal Superior do Trabalho	968.000,00	968.000,00	968.000,00	968.000,00
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	Banco Central do Brasil	414.193,00	414.192,24	414.192,24	414.192,24
	Encargos Financ. Da União - Sentenças Judiciais	38.308.574,00	38.308.530,81	38.308.530,81	38.308.530,81
	Fund. Inst. Bras. de Geografia e Estatística	5.055,00	5.054,96	5.054,96	5.054,96
	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	2.715.791,00	2.715.790,32	2.715.790,32	2.715.790,32
	Universidade Federal de São Paulo	91.089,00	91.088,30	91.088,30	91.088,30
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno valor	Encargos Financ. Da União - Sentenças Judiciais	6.401.207,00	6.397.529,49	6.397.529,49	6.397.529,49
Total		48.953.835,00	48.950.112,12	48.950.112,12	48.950.112,12

Fonte: Siafi 2019

Nota 17 – Resultado Orçamentário do Exercício

O exercício de 2019 apresentou Resultado Orçamentário deficitário em R\$ 2.838.582.909,16. A situação ocorre em razão dos órgãos da Justiça do Trabalho não serem órgãos arrecadadores, dependendo, dessa forma, de recursos arrecadados pela União e repassados ao TRT2 para fazer frente às suas despesas.

Nota 18 – Pagamento de Restos a Pagar

Conforme tabela abaixo, no exercício de 2019, foram pagos cerca de 58,91% dos Restos a Pagar inscritos em anos anteriores e cancelados aproximadamente 35,99%.

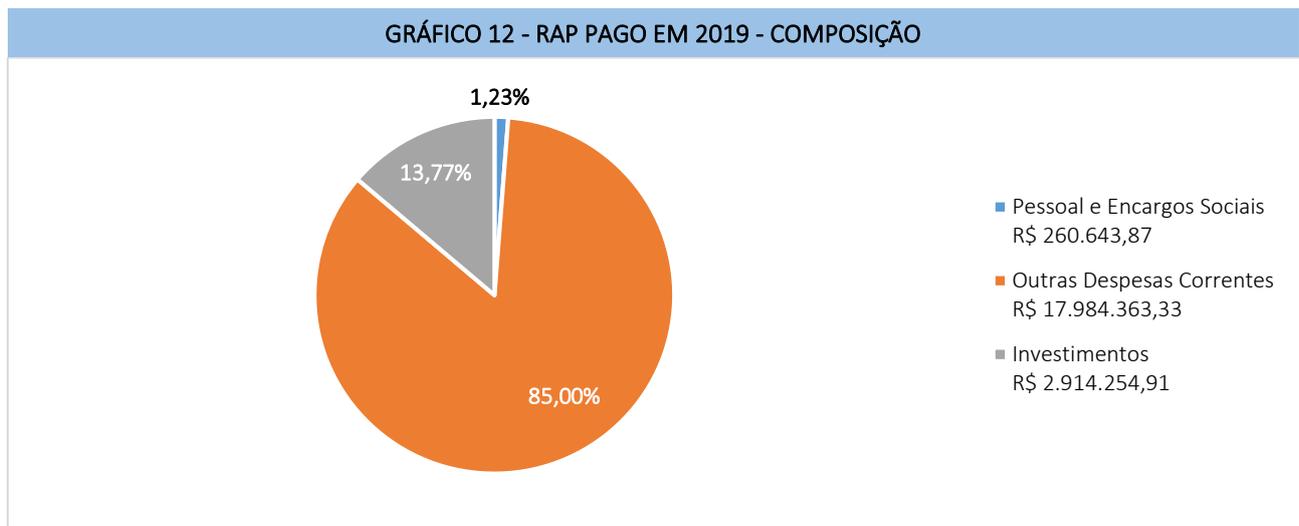
TABELA 26 - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR - EM R\$ 1,00				
	Inscritos	Cancelados	Pagos	Saldo
Restos a Pagar Não Processados	35.591.436,75	12.925.289,30	20.902.535,61	1.763.611,84
Restos a Pagar Processados	326.426,49	-	256.726,50	69.699,99
Total	35.917.863,24	12.925.289,30	21.159.262,11	1.833.311,83



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Fonte: Siafi 2019

O gráfico abaixo apresenta a composição dos pagamentos realizados em 2019 dos Restos a Pagar:



Fonte: Siafi 2019

Nota 19 – Inscrição de Restos a Pagar

O exercício de 2019 apresentou uma diminuição dos valores inscritos em Restos a Pagar, em comparação com o exercício anterior. A tabela a seguir detalha as despesas inscritas por grupo de despesa:

TABELA 25 - INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR POR GRUPO DE DESPESA - EM R\$ 1,00				
Grupo de Despesa	Restos a Pagar Não Processado		Restos a Pagar Processado	
	2019	2018	2019	2018
Investimentos	9.342.981,37	2.222.692,16	28.338,00	3,60
Outras Despesas Correntes	4.083.417,50	17.862.005,74	442.085,46	244.909,36
Pessoal e Encargos Sociais	484.346,18	306.553,16	-	30.110,22
Total	13.910.745,05	20.391.251,06	470.423,46	275.023,18

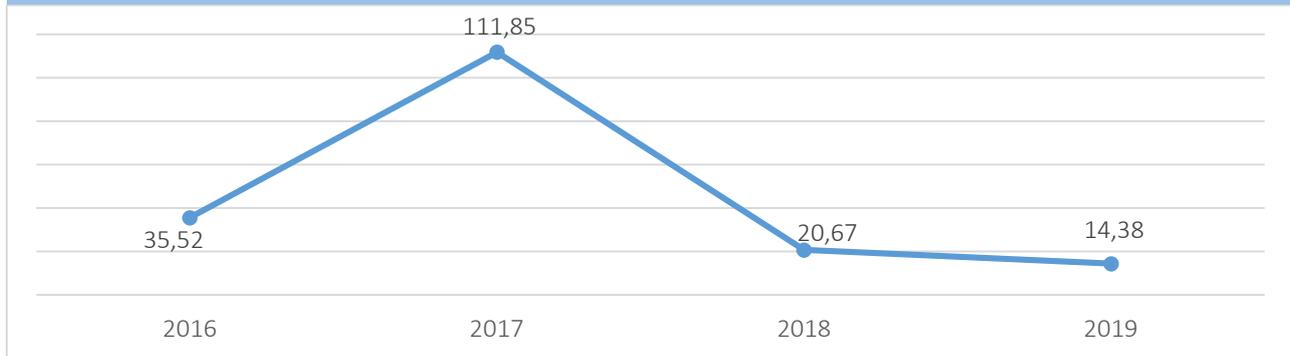
Fonte: Siafi 2019/2018

O gráfico a seguir detalha ainda o histórico dos valores inscritos nos últimos anos. Pode-se verificar uma redução constante dos saldos inscritos em RAP, em razão da implantação da EC 95/2016.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

GRÁFICO 11 - RAP INSCRITO POR EXERCÍCIO (EM R\$ MILHÕES)

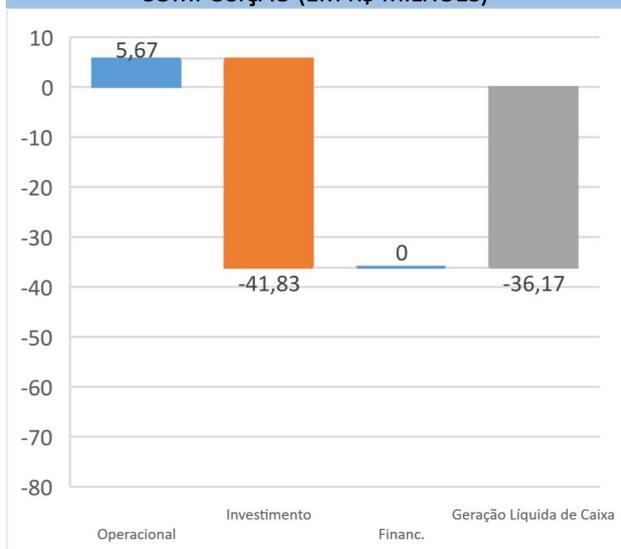


Fonte: Siafi 2016-2019

Nota 20 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

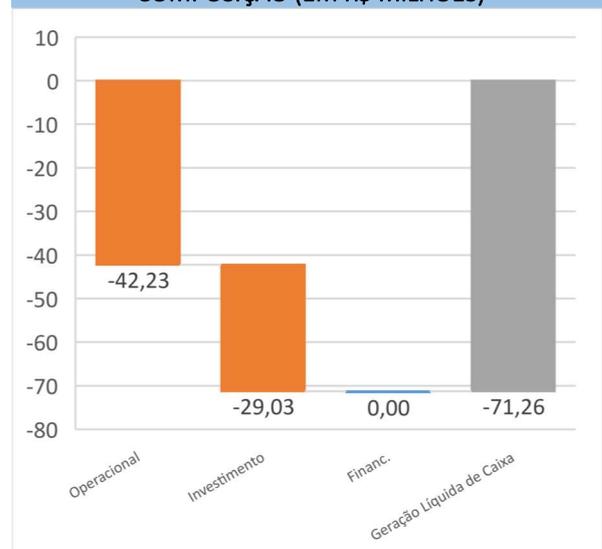
A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período. Em 2019, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa foi deficitária em R\$ 36.166.420,42. Contudo, houve uma melhora no resultado em relação ao exercício anterior, cuja geração líquida de caixa foi deficitária em R\$ 71.260.193,99.

GRÁFICO 13 - GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA 2019 - COMPOSIÇÃO (EM R\$ MILHÕES)



Fonte: Siafi 2019

GRÁFICO 14 - GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA 2018 - COMPOSIÇÃO (EM R\$ MILHÕES)



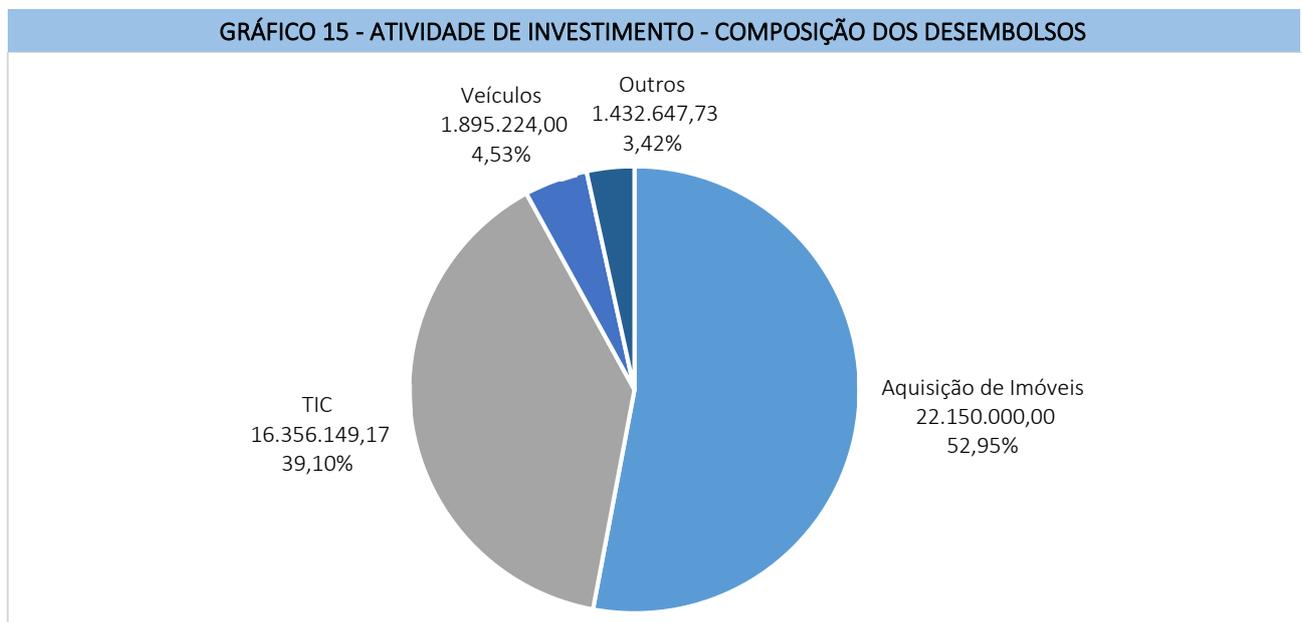
Fonte: Siafi 2018



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Dos itens que compõem a Atividade Operacional, destacam-se o aumento dos ingressos de recursos das Transferências Financeiras Recebidas (+ 10,46%) e, em relação aos desembolsos, o aumento dos gastos com pessoal (+9,51%).

Em relação à Atividade de Investimento, o TRT2 apresentou aumento dos desembolsos em R\$ 12.799.389,19, ou 44,08% em relação a 2018. A composição dos desembolsos está apresentada no gráfico abaixo:



Fonte: Siafi 2019

Outras Informações Relevantes

Nota 21 – Ativos Contingentes

O MCASP define o ativo contingente como um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

Em atendimento ao determinado nos Acórdãos TCU 2859/2013 e 1212/2014, referente ao ressarcimento de valores pagos a maior em relação aos contratos de prestação de serviços que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante revisão das planilhas de custo, o Tribunal efetuou o levantamento de valores a serem ressarcidos em 2019.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Dos valores apurados, foram registrados como Ativo Contingente o montante de R\$ 262.326,26, em razão de haver recurso judicial por parte da empresa contratada. Desta forma, aguarda-se o julgamento do recurso, para posterior reconhecimento ou baixa do ativo.

TABELA 27 – ATIVOS CONTINGENTES - EM R\$ 1,00		
	2019	Saldo
43.209.436/0001-06 - ACECO TI S.A.	Ativo Contingente	262.326,26
Total		262.326,26

Fonte: Siafi 2019

Nota 22 – Passivos Contingentes

O MCASP define o passivo contingente como:

- a. Uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou
- b. Uma obrigação presente resultante de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - i. É improvável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção da obrigação; ou
 - ii. Não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Passivos Trabalhistas

Considerando o disposto no MCASP, o CSJT encaminhou a Nota Técnica SEOFI.CSJT nº 1/2019, pela qual orientou que os passivos trabalhistas cujos processos encontram-se em análise no Conselho e aqueles que estão com exigibilidade suspensa judicialmente por discussão judicial do mérito, assim como os respectivos encargos patronais, devem estar registrados como passivo contingente.

Desta forma, durante o exercício de 2019, foram reclassificados para passivo contingente os passivos trabalhistas relacionados a VPNI – Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável, que atualmente encontram-se com exigibilidade suspensa por discussão judicial do mérito, e URV – Unidade Referencial de Valor, referente aos débitos com exigibilidade suspensa devido ao direcionamento para expedição de Precatório, conforme discriminado a seguir:

TABELA 28 - PASSIVOS CONTINGENTES - PASSIVOS TRABALHISTAS - EM R\$ 1,00			
Passivo Trabalhista	2019	2018	Saldo
VPNI – Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável	Passivo Contingente	Provisão	134.312.513,46
URV – Unidade Referencial de Valor	Passivo Contingente	Provisão	25.916,21
Total			134.338.429,67

Fonte: Siafi 2019/2018



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Precatórios

Em observação ao contido no Acórdão nº 1331/2019 – TCU - Plenário, evidenciamos a ocorrência dos seguintes fatos no exercício de 2019:

- a) Em atendimento à Lei 13.463/2017, que dispõe sobre os recursos destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais, cujos valores não foram requisitados pelos credores e estavam há mais de dois anos depositados em instituição financeira oficial, foram cancelados precatórios e requisições de pequeno valor (RPV) federais no total de R\$ 4.153.413,16, os quais foram transferidos para a Conta Única do Tesouro Nacional. Conforme definido na Nota Técnica SEOFI.CSJT nº 3/2019, esse montante está contabilizado como passivo contingente, na Inscrição “PRCANPREC”.
- b) Não ocorreram cancelamentos de precatórios e RPV no exercício.
- c) Houve a reinclusão e pagamento do Precatório 2017-20-0191-0, no valor de R\$ 7.292,04, com vencimento no exercício de 2018.
- d) Não houve a ocorrência de precatórios e RPV com execução extinta no exercício em virtude de prescrição intercorrente disposta no Art. 924, inciso V, da Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil), e demais circunstâncias.
- e) Não há perspectiva de extinção da execução de processos relativos a precatórios e RPV em vista da expectativa de prescrição intercorrente do direito do credor.

ANEXO 1 – Demonstrações Contábeis – SIAFI



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCICIO 2019	PERIODO Anual
EMISSAO 23/03/2020	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	130.846.546,86	135.970.938,51	PASSIVO CIRCULANTE	209.771.055,58	215.155.676,02
Caixa e Equivalentes de Caixa	88.120.483,30	124.286.903,72	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	209.113.067,90	214.818.794,95
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	22.920.745,73	8.351.527,41	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	37.352,15	4.381,68
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	5.387.414,26	3.120.732,34	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	14.417.903,57	211.775,04	Demais Obrigações a Curto Prazo	620.635,53	332.499,39
ATIVO NÃO CIRCULANTE	540.531.264,28	517.407.050,03	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	77.962.433,02	240.868.398,79
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.029.292,04	2.070.153,04	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	19.797.429,41	44.484.252,57
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	2.029.292,04	2.070.153,04	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Provisões a Longo Prazo	58.122.075,81	196.285.667,07
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	42.927,80	98.479,15
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	287.733.488,60	456.024.074,81
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Imobilizado	520.351.979,13	500.780.163,18	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	87.956.787,52	90.232.351,92	Resultados Acumulados	383.644.322,54	197.353.913,73
Bens Móveis	178.717.691,66	165.302.502,22	Resultado do Exercício	65.666.254,50	-262.349.092,85
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-90.760.904,14	-75.070.150,30	Resultados de Exercícios Anteriores	197.353.913,73	459.688.404,31
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	120.624.154,31	14.602,27
Bens Imóveis	432.395.191,61	410.547.811,26	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	433.546.002,56	411.208.002,56	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	383.644.322,54	197.353.913,73
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.150.810,95	-660.191,30			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	18.149.993,11	14.556.733,81			
Softwares	18.149.993,11	14.556.733,81			
Softwares	21.125.899,85	17.350.927,49			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-2.975.906,74	-2.794.193,68			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCICIO 2019	PERIODO Anual
EMISSAO 23/03/2020	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	671.377.811,14	653.377.988,54	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	671.377.811,14	653.377.988,54

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO	88.120.483,30	124.286.903,72	PASSIVO FINANCEIRO	16.326.294,77	36.255.361,54
ATIVO PERMANENTE	583.257.327,84	529.091.084,82	PASSIVO PERMANENTE	287.032.573,12	455.588.714,59
			SALDO PATRIMONIAL	368.018.943,25	161.533.912,41

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	29.170.600,82	29.198.777,72	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	355.062.504,24	436.300.796,60
Execução dos Atos Potenciais Ativos	29.170.600,82	29.198.777,72	Execução dos Atos Potenciais Passivos	355.062.504,24	436.300.796,60
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	24.742.487,74	24.789.692,44	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	4.428.113,08	4.409.085,28	Obrigações Contratuais a Executar	355.062.504,24	436.300.796,60
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	29.170.600,82	29.198.777,72	TOTAL	355.062.504,24	436.300.796,60

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	12.090.008,88
Recursos Vinculados	59.704.179,65
Seguridade Social (Exceto Previdência)	0,01
Previdência Social (RPPS)	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	59.704.179,64
TOTAL	71.794.188,53



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2019

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
23/03/2020

PÁGINA
1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.085.411.507,03	2.825.307.277,08
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	121.261.809,66	105.158.743,03
Impostos	-	-
Taxas	121.261.809,66	105.158.743,03
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Económico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.919.669,51	14.428.279,75
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2.919.669,51	14.428.279,75
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	86.738,26	90.705,38
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	18.093,77	3.998,15
Variações Monetárias e Cambiais	68.644,49	86.707,23
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.924.182.346,81	2.690.357.652,29
Transferências Intragovernamentais	2.873.149.366,79	2.601.714.875,29
Transferências Intergovernamentais	50.844.700,02	88.484.753,00
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	188.280,00	158.024,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	17.408.220,71	12.034.805,10
Reavaliação de Ativos	-	12.034.805,10
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	17.408.220,71	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	19.552.722,08	3.237.091,53
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2019

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
23/03/2020

PÁGINA
2

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	19.552.722,08	3.237.091,53
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.019.745.252,53	3.087.656.369,93
Pessoal e Encargos	1.855.706.727,95	1.701.829.939,06
Remuneração a Pessoal	1.496.728.303,93	1.327.394.678,94
Encargos Patronais	258.167.023,06	239.096.441,71
Benefícios a Pessoal	100.693.734,88	135.338.818,41
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	117.666,08	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	696.474.023,07	623.947.833,12
Aposentadorias e Reformas	569.728.495,11	506.331.891,53
Pensões	126.118.556,53	116.790.805,83
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	626.971,43	825.135,76
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	251.178.895,12	237.581.149,38
Uso de Material de Consumo	5.582.761,53	6.360.440,62
Serviços	228.446.773,40	217.007.436,03
Depreciação, Amortização e Exaustão	17.149.360,19	14.213.272,73
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	5.446,76	7.917,56
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.782,93	1.646,38
Variações Monetárias e Cambiais	1.065,84	6.271,18
Descontos Financeiros Concedidos	2.597,99	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	196.165.531,06	259.582.418,60
Transferências Intragovernamentais	195.658.939,83	259.157.874,53
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	506.591,23	424.544,07
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	14.986.966,10	259.297.063,32
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	60.201.680,01
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	84.352,25
Incorporação de Passivos	13.663.678,72	198.325.812,90
Desincorporação de Ativos	1.323.287,38	685.218,16



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2019

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
23/03/2020

PÁGINA
3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
Tributárias	3.389.824,48	3.394.678,81
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	63.071,75	61.868,05
Contribuições	3.326.752,73	3.332.810,76
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.837.837,99	2.015.370,08
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.837.837,99	2.015.370,08
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	65.666.254,50	-262.349.092,85

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2019	2018



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2019

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
23/03/2020

PÁGINA
1

SUBTÍTULO 15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	52.493.213,00	52.493.213,00	54.431.549,43	1.938.336,43
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	1.648.513,00	1.648.513,00	2.820.118,76	1.171.605,76
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.648.513,00	1.648.513,00	2.820.118,76	1.171.605,76
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-3.200,00	-3.200,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-3.200,00	-3.200,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	50.844.700,00	50.844.700,00	50.844.700,02	0,02
Outras Receitas Correntes	-	-	769.930,65	769.930,65
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	769.930,65	769.930,65
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2019

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
23/03/2020

PÁGINA
2

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO
ORGAO SUPERIOR	

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	52.493.213,00	52.493.213,00	54.431.549,43	1.938.336,43
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	52.493.213,00	52.493.213,00	54.431.549,43	1.938.336,43
DEFICIT			2.836.644.572,73	2.836.644.572,73
TOTAL	52.493.213,00	52.493.213,00	2.891.076.122,16	2.838.582.909,16
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	2.518.309.618,00	2.877.488.486,00	2.843.783.036,80	2.839.215.273,12	2.838.773.187,66	33.705.449,20
Pessoal e Encargos Sociais	2.147.935.944,00	2.530.875.198,00	2.500.310.481,11	2.499.826.134,93	2.499.826.134,93	30.564.716,89
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	370.373.674,00	346.613.288,00	343.472.555,69	339.389.138,19	338.947.052,73	3.140.732,31
DESPESAS DE CAPITAL	22.829.486,00	47.305.399,00	47.293.085,36	37.950.103,99	37.921.765,99	12.313,64
Investimentos	22.829.486,00	25.155.399,00	25.143.085,36	15.800.103,99	15.771.765,99	12.313,64
Inversões Financeiras	-	22.150.000,00	22.150.000,00	22.150.000,00	22.150.000,00	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	2.541.139.104,00	2.924.793.885,00	2.891.076.122,16	2.877.165.377,11	2.876.694.953,65	33.717.762,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2019

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
23/03/2020

PAGINA
3

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO
ORGAO SUPERIOR	

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.541.139.104,00	2.924.793.885,00	2.891.076.122,16	2.877.165.377,11	2.876.694.953,65	33.717.762,84
TOTAL	2.541.139.104,00	2.924.793.885,00	2.891.076.122,16	2.877.165.377,11	2.876.694.953,65	33.717.762,84

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	14.707.191,09	17.969.994,33	18.037.261,90	17.988.284,30	12.925.289,28	1.763.611,84
Pessoal e Encargos Sociais	9.906.056,16	306.553,16	230.533,65	230.533,65	9.982.075,67	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.801.134,93	17.663.441,17	17.806.728,25	17.757.750,65	2.943.213,61	1.763.611,84
DESPESAS DE CAPITAL	721.559,17	2.192.692,16	2.914.251,31	2.914.251,31	0,02	-
Investimentos	721.559,17	2.192.692,16	2.914.251,31	2.914.251,31	0,02	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	15.428.750,26	20.162.686,49	20.951.513,21	20.902.535,61	12.925.289,30	1.763.611,84

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	51.403,31	275.019,58	256.722,90	-	69.699,99
Pessoal e Encargos Sociais	-	30.110,22	30.110,22	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	51.403,31	244.909,36	226.612,68	-	69.699,99
DESPESAS DE CAPITAL	-	3,60	3,60	-	-
Investimentos	-	3,60	3,60	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	51.403,31	275.023,18	256.726,50	-	69.699,99



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2019

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
23/03/2020

PÁGINA
1

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	2.940.026.234,28	2.648.196.280,16
Ordinárias	-	-	Ordinárias	2.253.036.440,27	2.131.351.229,51
Vinculadas	-	-	Vinculadas	686.989.794,01	516.845.050,65
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	121.379.593,99	-
Recursos a Classificar	-	-	Previdência Social (RPPS)	491.233.465,00	433.714.153,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	74.376.735,02	83.130.897,65
Recursos a Classificar	-	-	Recursos a Classificar	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.872.309.758,91	2.600.365.920,47	Transferências Financeiras Concedidas	149.201.552,83	186.822.940,56
Resultantes da Execução Orçamentária	2.868.485.470,57	2.597.568.550,51	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Repasso Recebido	-	12.933,30	Independentes da Execução Orçamentária	149.201.552,83	186.822.940,56
Sub-repasso Recebido	2.868.485.470,57	2.597.555.617,21	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	12.053.455,67	76.234.733,27
Independentes da Execução Orçamentária	3.824.288,34	2.797.369,96	Demais Transferências Concedidas	5.501,60	403.872,88
Demais Transferências Recebidas	1.790.461,58	1.554.341,39	Movimento de Saldos Patrimoniais	137.142.595,56	110.184.334,41
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.033.826,76	1.243.028,57	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	203.280.952,85	226.707.514,06	Pagamentos Extraorçamentários	22.529.345,07	63.314.407,80
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	470.423,46	275.023,18	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	256.726,50	739.611,55
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	13.910.745,05	20.391.251,06	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	21.131.073,18	60.771.145,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.144.426,09	1.800.662,72	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.141.545,39	1.803.650,45
Outros Recebimentos Extraorçamentários	187.755.358,25	204.240.577,10	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	187.755.358,25	203.785.235,46			
Demais Recebimentos	-	455.341,64			
Saldo do Exercício Anterior	124.286.903,72	195.547.097,71	Saldo para o Exercício Seguinte	88.120.483,30	124.286.903,72
Caixa e Equivalentes de Caixa	124.286.903,72	195.547.097,71	Caixa e Equivalentes de Caixa	88.120.483,30	124.286.903,72
TOTAL	3.199.877.615,48	3.022.620.532,24	TOTAL	3.199.877.615,48	3.022.620.532,24



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2019

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
23/03/2020

PÁGINA
1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª. REGIÃO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.667.600,48	-42.225.562,28
INGRESSOS	3.061.209.543,25	2.806.407.160,29
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	3.061.209.543,25	2.806.407.160,29
Ingressos Extraorçamentários	1.144.426,09	1.800.662,72
Transferências Financeiras Recebidas	2.872.309.758,91	2.600.365.920,47
Arrecadação de Outra Unidade	187.755.358,25	203.785.235,46
Demais Recebimentos	-	455.341,64
DESEMBOLSOS	-3.055.541.942,77	-2.848.632.722,57
Pessoal e Demais Despesas	-2.651.546.112,53	-2.421.221.371,63
Legislativo	-	-
Judiciário	-1.897.519.587,79	-1.712.457.124,28
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-706.094.338,62	-637.322.926,56
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2019

PERÍODO
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EMISSAO
23/03/2020

PAGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2019	2018
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-47.932.186,12	-71.441.320,79
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-253.652.732,02	-238.784.759,93
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-253.652.732,02	-238.784.759,93
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-150.343.098,22	-188.626.591,01
Dispêndios Extraorçamentários	-1.141.545,39	-1.803.650,45
Transferências Financeiras Concedidas	-149.201.552,83	-186.822.940,56
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-41.834.020,90	-29.034.631,71
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-41.834.020,90	-29.034.631,71
Aquisição de Ativo Não Circulante	-37.983.048,54	-25.589.650,37
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-3.850.972,36	-3.444.981,34
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2019

PERÍODO
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
23/03/2020

PÁGINA
3

SUBTÍTULO 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2019	2018
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-36.166.420,42	-71.260.193,99
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	124.286.903,72	195.547.097,71
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	88.120.483,30	124.286.903,72